

**A atenção à mãe no processo terapêutico em casos de violência sexual infantil intrafamiliar:  
um olhar sistêmico**

**Sarah Maria Lemos Schuh**

**Denise Franco Duque**  
**Orientadora**

**2014**

**A atenção à mãe no processo terapêutico em casos de violência sexual infantil intrafamiliar:  
um olhar sistêmico**

**Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica.**

**Sarah Maria Lemos Schuh**

**Denise Franco Duque  
Orientadora**

Por que perturbar aqueles que cuidam e amam?  
O passado já era e o que está por vir ainda será sentido.  
O Sol brilha,  
Os céus estão azuis,  
Você não está mais murmurando.  
Então, por que sentimos a dor?  
Talvez de outra pessoa que está perto de nós.  
Mas o perdão é apenas um gesto  
De muita generosidade e sabedoria.

*Nonna Bannister*  
*Baú de Lágrimas – O Diário Secreto do Holocausto*

## AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela companhia onipresente, por ser minha força e guiar o caminho.

A minha orientadora, **Denise Duque**, pela acolhida, pelos ricos ensinamentos durante toda a formação, pelas supervisões, pela orientação dedicada, por todo apoio e por ter acreditado nesse projeto mesmo antes de ele tomar forma.

Ao **Diego**, meu esposo, que comigo divide o caminhar e fornece apoio incondicional, acreditando em mim mais do que ninguém. Por me fazer feliz e por me fazer rir nos momentos em que só ele conseguiria, oferecendo leveza nas horas difíceis.

Aos meus pais, **Edu** e **Sylvia**, que sempre se dedicaram em tudo pelos cinco filhos (e agora pela neta), ensinando pelo exemplo o valor da família e o amor incondicional.

Aos meus irmãos **Dudu**, **João Luiz**, **Maria Thereza** e **Antônio**, com quem sei poder contar sempre, para tudo. A cada um, em especial, agradeço pelo amor, pelo companheirismo e por serem presenças fundamentais na minha vida, mesmo quando distantes.

A minha filha, **Maria Clara**, presente de Deus, que elevou minha vida a outro nível de amor e me ensinou o que é se doar para ser ainda maior.

À família apresentada nesse estudo, pela confiança em nosso trabalho, por compartilhar suas histórias e nos permitir fazer parte delas.

## RESUMO

A violência sexual infantil intrafamiliar acarreta danos significativos não só à vítima, mas aos demais membros da família que são também afetados pela dinâmica abusiva e pela crise após a revelação do abuso. O cuidador não abusivo, geralmente a mãe, encontra-se ele próprio em intenso sofrimento, mas deve ser capaz de apoiar seu(s) filho(s) vitimado(s) e lidar com a crise familiar de forma a minimizar os danos. Esse trabalho teve por objetivo problematizar a atenção ao cuidador não abusivo no processo terapêutico em situações de violência sexual intrafamiliar infantil, partindo-se do pressuposto de que o olhar não se deve voltar exclusivamente à criança que sofreu a violência. O estudo caracteriza-se como qualitativo e clínico, e buscou analisar os relatos de um processo terapêutico familiar à luz da teoria sistêmica, tendo por foco as narrativas relacionadas às situações de violência intrafamiliar. A família estudada é composta por três membros, mãe e dois filhos, sendo que ambos os filhos foram vítimas de abuso sexual perpetrado pelo pai. As sessões configuraram-se, para a família, como importante espaço de conversações que antes se apresentavam impossibilitadas. Os eixos de conteúdos trazidos à sessão foram organizados, para fins desse trabalho, em: 1. Dinâmica familiar e padrão de relacionamento abusivo; 2. Ambivalência e dúvida; 3. Transgeracionalidade e revivência do próprio abuso; 4. Indefensibilidade aprendida, e 5. Recomeçar. Percebeu-se que o atendimento familiar contribuiu com o processo de comunicação, possibilitando aos membros da família uma maior compreensão acerca das realidades subjetivas e contribuindo para o processo de elaboração do luto diante das violências sofridas, da perda da família idealizada e das dificuldades e sofrimento enfrentados com o afastamento do agressor.

**Palavras-chave:** Abuso sexual infantil, violência doméstica, violência intrafamiliar, cuidador não abusivo.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 OBJETIVOS.....</b>	<b>7</b>
2.1 Objetivo Geral.....	7
2.2 Objetivos Específicos.....	7
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>7</b>
3.1 Violência familiar, doméstica e de gênero.....	7
3.2 O ciclo transgeracional da violência .....	10
3.3 O impacto da revelação do abuso sexual para a mãe .....	11
<b>4 MÉTODO .....</b>	<b>13</b>
4.1 Caracterização do estudo .....	13
4.2. Participantes.....	13
4.3 Procedimentos.....	14
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>14</b>
5.1 A dinâmica familiar e o padrão de relacionamento abusivo.....	14
5.2 Ambivalência e dúvida.....	15
5.3 Transgeracionalidade e revivência do próprio abuso.....	18
5.4 <i>Learned Helplessness</i> .....	21
5.5 Recomeçar.....	22
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>27</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao revisar a literatura referente a abuso sexual infantil, percebe-se um contraste na quantidade de informação referente ao impacto do abuso sexual nas crianças com relação à escassa atenção prestada às necessidades dos cuidadores não abusivos (na maior parte dos casos a mãe). Observa-se uma importante omissão no que se refere à dor e dificuldades que muitas mães enfrentam perante a revelação do abuso, assunto considerado pela literatura apenas muito recentemente (Sinclair & Martínez, 2006).

A literatura tradicional sobre o tema apresenta uma visão predominante de culpabilização da mãe pelo abuso sofrido pelo filho, especialmente se o abuso foi cometido pelo pai ou padrasto (Sinclair & Martínez, 2006). Martínez (conforme citado por Sinclair & Martínez, 2006) descreve que a mãe é vista, muitas vezes, como cúmplice, submissa, negligente, permissiva ao abuso por não manter vida sexual com o pai ou padrasto, passiva ou dependente. Apesar de haver uma mudança na direção dos estudos (Santos, 2007; Santos & Dell'aglio, 2009; Lima & Alberto, 2010; Ramos, 2010), ainda são presentes, tanto no meio acadêmico quanto no senso comum, as crenças ligadas ao que Sinclair e Martínez (2006) denominam de *Enfoque de Culpabilización*, que supõe uma perspectiva centrada nos déficits da figura materna, enfatizando o que ela deixou de fazer e como contribuiu com a situação abusiva. Esses autores propõe o *Enfoque de Responsabilidad* como substituto do anterior, o que implicaria em não desconhecer ou desconsiderar as dificuldades que pode apresentar a mãe, mas enfatizar seus recursos. Esse enfoque,

Más que estar centrado en lo ocurrido en el pasado, revela la importancia de garantizar la protección del niño(a) en el presente y futuro. En otras palabras, en lugar de poner el acento en el daño, pone el acento en la superación del sufrimiento. [...] se busca identificar qué es lo que la madre puede hacer para reducir el impacto del abuso en su hijo (p.27).

Estudos têm demonstrado que as mães de crianças que sofreram abuso sexual experimentam sofrimento e traumas de características semelhantes aos da própria vítima (Sinclair & Martínez, 2006; Green et al., 1995; Hiebert-Murphy, 1998; Lima & Alberto, 2010). Para Furniss (2002), após o foco inicial na criança, a terapia precisa muitas vezes voltar-se para a mãe, que passa a ter a posição mais estressante na família e precisa de muita ajuda e apoio. Da mãe - que está, ela própria, em intenso sofrimento - espera-se que seja capaz de apoiar seu(s) filho(s) vitimados(s) e lidar com a crise familiar de forma a minimizar os danos. A culpabilização da mãe configura-se como fator

preponderante no processo de "invisibilização" de seu sofrimento e na conseqüente falta de apoio para que ela enfrente as conseqüências do abuso (Sinclair & Martínez, 2006).

Além disso, o apoio materno é apontado como principal fator no processo de reparação da criança vítima de violência (Sinclair & Martínez, 2006; Arabolaza & Piedra, 2001). Pode-se presumir, então, que a inclusão da mãe ou, indo mais além, dos demais membros da família no processo terapêutico, não sendo este exclusivo à vítima, faz-se imprescindível em casos de violência sexual infantil intrafamiliar, visto que o abuso não se restringe à vítima: todos os membros são afetados pelo processo abusivo enquanto ele ocorre e pelas conseqüências quando da revelação do abuso.

Este trabalho tem como objetivo problematizar questões relacionadas à inclusão do cuidador não-abusivo no processo terapêutico em casos de violência sexual infantil intrafamiliar. Buscar-se-á analisar o processo terapêutico familiar por meio de recortes das sessões selecionados a partir desse enfoque.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral**

Problematizar questões relacionadas à inclusão do cuidador não abusivo no processo terapêutico em casos de violência sexual infantil intrafamiliar.

### **2.2 Objetivos Específicos**

Descrever reações do cuidador não abusivo após a revelação do abuso sexual.

Descrever o impacto das reações do cuidador não abusivo sobre a dinâmica da família.

Identificar recursos terapêuticos que colaborem com a integração da experiência de abuso e que representem maior benefício às crianças que foram vitimadas e suas famílias.

## **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **3.1 Violência familiar, doméstica e de gênero**

A violência, independentemente da forma em que se manifesta, ocorre sempre em uma relação de forças na qual há um desequilíbrio de poder (Narvaz, 2005). Não é, necessariamente, a



desigualdade de poder na relação, mas sim o abuso do poder em relações desiguais (Barudy, 1999). Para Chauí (1985), o fenômeno da violência apresenta-se como evidência de assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação e coisificação do outro: é uma violação do direito de liberdade, do direito de ser constituinte da própria história.

Há diversas formas de classificar e definir a violência, a depender do objeto e do foco da análise. Para fins deste estudo, serão destacadas as violências de gênero, doméstica e intrafamiliar. Segundo Saffioti (2001), a violência de gênero é intrínseca ao exercício da função dita patriarcal. Os homens, que detêm o poder de determinar as condutas das mulheres, idosos e crianças, recebem autorização (ou, ao menos, tolerância) da sociedade para punir o que considerarem desvio. Trata-se de uma violência estrutural com o objetivo de manter a subordinação do gênero feminino, acentuando os estereótipos de gênero e conservando as estruturas de domínio (Lima, 2012).

A violência doméstica se configura como a violência que ocorre na residência (espaço físico) e, apesar de frequente, adquire invisibilidade por ficar, muitas vezes, restrita ao lar e aos moradores (Borin, 2007). A violência intrafamiliar (ou familiar), por sua vez, é a violência entre membros de uma mesma família (Narvaz, 2005). Algumas vezes esses dois termos (violência doméstica e violência intrafamiliar) são utilizados como sinônimos, mas não é sempre que eles coincidem.

A violência intrafamiliar geralmente envolve um padrão de relacionamento abusivo crônico. A análise da interação violenta repetitiva na família realizada por Ravazzola (2005) aponta algumas condições para que ela ocorra: 1) déficit de autonomia dos membros da família e significativa dependência uns dos outros, sendo que geralmente há um isolamento social do grupo familiar; 2) subordinação a um estereótipo pelo qual ambos (agressor e vítima) supõem que o agressor é o único responsável da relação, a quem reconhecem como autoridade; 3) uma circulação de significados que tende a justificar e legitimar as condutas abusivas, que não são percebidas como tal. Há ideias, ações e estruturas que contribuem para o circuito do abuso no sistema familiar, conforme apresentado na figura 1.

As violências, em geral, acontecem de forma imbricada e interligada, sendo a distinção das formas de violência, na prática, mais didática do que operacional. Por tratar-se também de tema complexo, não pode ser isolado do contexto em que ocorre e das relações. Ravazzola (2005) destaca temas transversais como autoridade, poder e hierarquia como fundamentais na compreensão do fenômeno:

Estos estudios, que ayudan a contextualizar la violencia familiar - histórica y socioculturalmente -, nos llevan a pensarla como parte de una estructura, y a ubicarla en el extremo de una línea continua que abarca las distintas formas en que los seres humanos ejercen su poder y dominación sobre otros. Asimismo nos conducen a enfocar el análisis de la vida familiar en dos de sus aspectos: el sistema de género y el sistema generacional, y a profundizar algunos de los temas ligados a sus formas organizativas, como la autoridad, el poder e las jerarquías (p.39).

<b>ACTORES</b>	<b>Persona abusadora (A1)</b>	<b>Persona abusada (A2)</b>	<b>Persona Testigo Contexto (A3)</b>
<b>IDEAS</b>	La persona no puede controlarse. La persona abusada es inferior. La familia debe mantenerse unida a cualquier costo. En cuestiones familiares no deben intervenir los de afuera.		
<b>ACCIONES</b>	Las provocaciones y los malos tratos son elementos frecuentes y "naturales" en las conversaciones.		
<b>ESTRUCTURAS</b>	Están reificadas. Se consideran por encima de las personas. Mantienen una organización con jerarquías fijas naturalizadas o esencializadas.		

Fig. 1. Esquema original do circuito de abuso familiar (Ravazzola, 2005, p.56)

O autoritarismo representa relevante vértice na questão da violência doméstica e intrafamiliar. As crenças subjacentes, geralmente ligadas à ideologia de gênero, tendem a sustentar um sistema de desigualdades hierárquicas extremamente rígido que, por sua vez, torna invisível, ou legítima, a violência nesse contexto. O homem, visto como superior e "chefe da família", tem direito de propriedade sobre a mulher e os filhos, tendo obrigação de impor medidas disciplinares para controlar os comportamentos dos que estão a seu encargo.

Barudy (1999), baseado em sua experiência clínica em programas para atendimentos de famílias que exercem violência contra seus membros na Bélgica, escreveu que

La mayoría de los padres de las familias abusadoras y maltratadoras [...] presentan una concepción particular de la ley e del derecho que les permite no solamente hacer daño a sus propios hijos, sino además encontrar legítimo el hacer-lo. [...] Los sistemas de creencias de estos

abusadores son el resultado de una cultura dogmática, en donde la noción de sus derechos y los de los demás está pervertida por sus representaciones absolutas y totalitarias (p.33).

Quando se trabalha com violência familiar, portanto, é fundamental que se amplie o olhar para além dos comportamentos abusivos, ou unicamente do indivíduo que sofre ou que exerce a violência. Faz-se mister considerar a dinâmica das relações familiares, se possível levando-se em conta outras gerações, e o contexto social, histórico, cultural e econômico.

### 3.2 O ciclo transgeracional da violência

A transmissão intergeracional da violência tem feito parte dos estudos por décadas, e a hipótese mais frequente é a de que crianças que foram maltratadas são mais propensas a tornarem-se pais abusivos do que as crianças que não foram maltratadas (Renner & Slack, 2006).

Não há um consenso na literatura sobre os mecanismos envolvidos na transmissão transgeracional da violência. Algumas das principais hipóteses sobre os mecanismos de transmissão são: introjeção e legitimação das filosofias e práticas educativas dos pais, repetindo os mesmos padrões recebidos na criação dos próprios filhos; as consequências do maltrato infantil como prejudiciais para as competências sociais, problemas com agressividade, regulação do humor e empatia; a teoria da aprendizagem social, modelagem e reforço; e a interferência do tipo de apego com as figuras de cuidado na formação do apego com o filho (Newcomb & Locke, 2001; Renner & Slack, 2006).

Um mecanismo que vem sendo considerado importante em alguns estudos sobre a transmissão intergeracional da violência é o de "*learned helplessness*"<sup>1</sup>(LH), que envolve percepções individuais de perda ou impossibilidade de controle sobre circunstâncias e eventos e sentimento de impotência. Essa teoria propõe que a suscetibilidade para se tornar vítima é um comportamento socialmente aprendido que geralmente se inicia na família de origem, mas também pode se desenvolver na vida adulta, sendo um mecanismo importante nas conexões intergeracionais de várias formas de violência (Renner & Slack, 2006). Estudos envolvendo animais demonstraram que quando eles são primeiro expostos a eventos aversivos sobre os quais não têm controle, tendem a apresentar o mesmo comportamento (indefensibilidade) quando posteriormente expostos a eventos aversivos sobre os quais teriam controle (Forgeard et al., 2011). Para os autores, os seres

---

<sup>1</sup> Indefensibilidade aprendida, em tradução livre.

humanos apresentam o mesmo mecanismo neurológico envolvido na LH, somado ao comportamento de “ruminação” (resgate de representações cognitivas de eventos passados).

De forma geral, estudos recentes que se propuseram a investigar o ciclo transgeracional da violência apresentaram uma conclusão inequívoca: de alguma forma, ainda não clara, a violência é transmitida de geração em geração (Newcomb & Locke, 2001; Renner & Slack, 2006; Testa et al., 2011; Wearick-Silva et al., 2014). O pensamento sistêmico, por sua vez, desconstrói a pretensão de "descobrir" a causa, "encontrar a explicação" ou compreender linearmente como o fenômeno ocorre. Pode-se afirmar, assim, que não se busca descobrir a forma, única, por meio da qual a violência é transmitida de uma geração para outra, mas sim compreender as múltiplas formas por meio das quais a transmissão pode (ou não) acontecer.

Para Correa (2007), a impossibilidade de elaborar o trauma faz com que ele se repita nas próximas gerações, na tentativa de compreender e simbolizar a experiência traumática. Assim, aquilo que não pôde ser conversado, compreendido e elaborado no psiquismo dos pais pode ser transmitido, inconscientemente, para o psiquismo da criança.

Segundo Tilmans-Ostyn (2005), “pela interdependência e proximidade dentro da família cada um projeta sobre o outro e combate dentro do outro aquilo que lhe pertence” (p.82). Assim, a transmissão intergeracional acontece principalmente a partir daquilo que não pode ser dito: experiências traumáticas e dolorosas que não podem ser entendidas e elaboradas por meio de palavras, mas se fazem presentes em significados e tramas de sentidos, operando a transmissão por meio das subjetividades, dos processos de identificação e construção de valores e ideias (Rosa, 2001). Embora a criança não possua informações sobre o que, de fato, ocorreu, ela capta vestígios da história por meio de sua inteligência emocional, preenchendo as lacunas com suposições (Tilmans-Ostyn, 2005).

### **3.3 O impacto da revelação do abuso sexual para a mãe**

A revelação do abuso configura-se em uma nova crise familiar: o silêncio é rompido, a família corre risco de desintegração e os membros precisam enfrentar a dúvida e posicionar-se diante da acusação. Esse momento de crise pode, conforme afirma Ramos (2010), representar um trauma adicional para a criança que revela e para a família como um todo. Quando praticado pelo pai ou padrasto, a mãe vê-se obrigada a escolher entre o filho e o companheiro, o que pode causar sofrimento intenso, confusão e respostas ambivalentes e contraditórias (Araújo, 2002).

Como parte do impacto, a mãe pode ter dificuldade para integrar o abuso como uma realidade que realmente ocorreu, sendo esperado que ela se mostre confusa (Furniss, 2002; Araújo, 2002) e ambivalente, oscilando entre crer e negar o abuso (Sinclair & Martínez, 2006; Santos, 2007). Em um artigo sobre as vivências subjetivas das mães que tiveram suas filhas abusadas sexualmente dentro do contexto familiar, Lima e Alberto (2010) descreveram que as mães experimentaram culpa, desconfiança, desamparo e embotamento afetivo. Para Sinclair e Martínez (2006), nos casos de violência sexual familiar a mãe pode ser considerada uma vítima secundária do abuso, visto que ela apresenta sintomas similares aos da própria vítima.

Green et al. (1995), em um estudo qualitativo, descreveram que as mães responderam à revelação do abuso sexual de suas filhas com uma "inundação"<sup>2</sup> de memórias intrusivas, entorpecimento emocional, hiperexcitabilidade e uma revivência de emoções dolorosas associadas a vivências abusivas sofridas em suas infâncias, sintomas percebidos como uma manifestação "tardia" de TEPT (Transtorno de Estresse Pós-Traumático).

Mães que sofreram violência sexual em sua infância ou adolescência e mães que têm uma rede de apoio fragilizada tendem a apresentar maior sentimento de culpa e estresse emocional (Hiebert-Murphy, 1998; Santos, 2007). As estratégias de *coping*<sup>3</sup> utilizadas também parecem influenciar de forma significativa a magnitude do impacto da revelação do abuso nas mães. Segundo Hiebert-Murphy (1998), mulheres que adotam estratégias cognitivas e comportamentais para lidar com a situação demonstram menos estresse emocional do que mulheres que adotam estratégias evitativas.

Santos (2007), em um estudo com dez mães de meninas que foram vítimas de abuso sexual intrafamiliar, afirma que "a maioria das mães reagiu com sentimentos de raiva com relação ao abusador e culpa em relação ao abuso sexual de suas filhas" (p. 36), o que são consideradas reações positivas à revelação do abuso. As reações ambivalentes, em sua amostra, caracterizam-se por sentimentos simultâneos de raiva, amor e carinho em relação ao abusador e por dúvida em relação à veracidade do abuso sexual. Segundo esse estudo, o fato de a mãe demonstrar reações positivas (como acreditar no relato da filha) não significa que ela necessariamente realizará a denúncia; bem

---

<sup>2</sup> "Flooding", no texto original.

<sup>3</sup> *Coping* pode ser definido como os esforços realizados, diante de situações adversas, para dominar, tolerar ou reduzir demandas (estressores) que excedem os recursos pessoais do indivíduo. Em outras palavras, compreende o conjunto comportamentos empreendidos para evitar um dano psicológico diante de experiências potencialmente traumáticas (Pearlin & Schooler, 1978).

como o fato de uma mãe não acreditar no relato não implica na recusa ou resistência em realizar a denúncia.

Em uma revisão da literatura, Elliot e Carnes (2001) observaram que, mesmo acreditando, ao menos em parte, no relato da criança, algumas mães não conseguem emitir respostas de apoio e proteção, evidenciando ambivalência e inconsistência.

Segundo afirmam Sinclair e Martínez (2006), a mãe necessita de apoio para atuar de maneira coerente com as necessidades do filho. A intervenção com ela deve, por um lado, acolher e apoiá-la em suas próprias vivências traumáticas, auxiliá-la a assumir que o abuso efetivamente ocorreu e fortalecê-la como figura protetora, tanto no enfrentamento imediato da situação de revelação do abuso como na superação dos efeitos posteriores.

## 4 MÉTODO

### 4.1 Caracterização do estudo

O presente estudo configura-se como **qualitativo** e **clínico**. Adota a modalidade qualitativa de pesquisa em psicologia clínica na medida em que implica em um processo personalizado e dinâmico de investigação e "considera a ciência como uma construção da subjetividade humana, em uma forma particular e dentro de um determinado sistema teórico" (Pinto, 2004, p.74). Também pode ser classificado como método clínico, visto que o objeto de estudo é "o material produzido no vínculo estabelecido entre clínico e a pessoa humana, foco de seu conhecimento" (Calil & Arruda, 2004, p.199).

### 4.2. Participantes

Foram participantes do estudo três membros de uma mesma família, mãe e dois filhos, que iniciaram acompanhamento terapêutico na clínica escola de um instituto de formação em Terapia Relacional Sistêmica. A mãe, Luísa<sup>4</sup>, 49 anos, é a sexta filha de um grupo de nove irmãos. Seu ex-companheiro, Carlos, 57 anos, tem cinco filhos de uma união anterior e cumpria pena privativa de liberdade pelo abuso dos filhos Henrique e Pedro, que tinham, respectivamente, 14 e sete anos no início do acompanhamento.

---

<sup>4</sup> Os nomes utilizados são fictícios, a fim de preservar o sigilo das informações e a identidade dos indivíduos envolvidos.

### 4.3 Procedimentos

**Instrumentos:** Foram realizadas 19 sessões de terapia familiar durante um período de 12 meses. As sessões tinham frequência quinzenal, sendo que ocorreram algumas faltas e houve pausa entre dezembro e janeiro. As sessões foram filmadas, conforme procedimento padrão da clínica escola e autorização expressa da família.

**Coleta de dados:** Para coleta de dados utilizaram-se os relatos dos atendimentos elaborados a partir das filmagens.

**Análise de dados:** Os dados foram analisados à luz da teoria sistêmica, tendo por foco a dinâmica da família e as narrativas relacionadas às situações de violência intrafamiliar.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A família entrou em contato com o instituto de formação encaminhada pela escola de Henrique em junho de 2012. Os três membros passaram pela triagem, onde apresentaram a queixa de problemas de comportamento do filho mais velho na escola. Após ter sido realizado contato duas vezes por outros terapeutas sem a vinda da família, na terceira chamada, após um ano da triagem, eles compareceram.

### 5.1 A dinâmica familiar e o padrão de relacionamento abusivo

No decorrer dos atendimentos evidenciaram-se violências físicas, psicológicas e sexuais perpetradas por Carlos contra Luísa e seus dois filhos, em um padrão de relacionamento abusivo crônico e indiscriminado.

“Na hora do jornal, quanto pontapé Henrique levou, de voar pela casa... Ele não podia passar na frente da TV. Eu pegava ele berrando no colo” (2º atendimento).

“A gente vivia sob uma lei. Meu ex-marido não me respeitava. Para ele, eu era qualquer coisa, menos a mulher dele [...]. Passei seis anos me defendendo, e acho que fiquei submissa como eles” (9º atendimento).

“Dentro de casa eu era a vagabunda, mocreia, nojenta, cadela... eu era tudo de ruim” (12º atendimento).

Luísa descreveu, em poucas palavras, algumas características importantes identificadas por Ravazzola (2005) em famílias onde ocorre violência: o autoritarismo ligado à ideologia de gênero (esposa e filhos viviam sob a “lei” imposta pelo homem adulto, superior e “chefe da família”); a coisificação do indivíduo que sofre a violência; a submissão, decorrente principalmente de crenças subjacentes; e a reação tardia, que somente ocorreu após o agravamento das agressões (Carlos foi preso após fraturar uma costela de Luísa, que realizou a denúncia no hospital).

Conforme relatado por Luísa, Carlos permaneceu preso por 15 dias após a denúncia de violência física, e foi durante esse período que os filhos contaram à mãe sobre as violências sexuais perpetradas pelo pai. Luísa procurou a polícia e todos os encaminhamentos legais foram realizados, resultando na prisão por abuso sexual durante três meses. Após esse período, Carlos conseguiu recorrer, respondendo em liberdade por quatro anos, quando foi preso novamente.

O atendimento foi iniciado após quatro anos da primeira prisão por abuso sexual e pouco antes da segunda prisão. Apesar da queixa apresentada no momento da triagem ter sido referente a problemas de comportamento na escola, logo no primeiro atendimento Luísa revelou o abuso como questão central, evidenciando uma crise familiar perante a possibilidade de nova prisão e afastamento definitivo de Carlos.

## **5.2 Ambivalência e dúvida**

A dúvida quanto à veracidade do abuso sexual sofrido pelos filhos apareceu na primeira sessão e foi recorrente durante todo o período de atendimento. Luísa mostrou-se ambivalente, ora dizendo acreditar "no que contaram os filhos", ressaltando que "nunca viu nada", ora alegando que não acreditava, que isso não seria possível.

"No começo eu achava que ele não tinha culpa, mas agora estou começando a achar que tinha mesmo [...] acho que realmente o S. mexeu nos meninos, e que os filhos mexiam também no pai [...]. Eu era idiota e não sabia. Era difícil acreditar que algo acontecia embaixo do meu nariz e eu não sabia" (3º atendimento).

"Eu estou dizendo que não quero aceitar. Não quero acreditar que isso existiu. Porque não tem possibilidade. Prefiro achar que isso não aconteceu" (11º atendimento).



“Porque dói [...]. O que ele fez, o que dizem que ele fez... porque eu não vi, eu não sei, a não ser o que as crianças falam... mas eu não vi” (17º atendimento).

Luísa demonstrou, por vezes, "convencer-se" racionalmente, precisando lembrar e retomar os acontecimentos e falas dos filhos para certificar-se, repetidamente, que o abuso aconteceu. Citou, em momentos e sessões diferentes, “pistas” que à época passaram despercebidas e que ela parecia estar conseguindo “ver”, compreender: Pedro esperava chegar à creche para fazer xixi, evitando fazer em casa; Henrique às vezes tinha diarreia ao ver o pai; Pedro uma vez contou à mãe que ficou com o pênis ereto quando o pai chegou em casa; Carlos chegava em casa após o trabalho e perguntava quem estava no banho.

A dúvida, que persistia, pareceu relacionar-se não apenas com a dificuldade de integrar o abuso dentro das suas percepções (acreditava-se excelente mãe, como não teria visto?), mas também com a dificuldade de enfrentar a desintegração familiar, a perda do companheiro idealizado, a dificuldade financeira com a perda do provedor e, por fim, a revivência do sofrimento enfrentado quando ela própria foi vítima de violência sexual na sua infância. Em dado momento, Luísa pareceu dar-se conta de que não acreditar é uma escolha que por vezes ela precisava fazer para suportar a realidade:

"Eu acredito neles. Mas aí vem o outro lado, outra história, outra questão, os problemas... é uma vida, né? Uma vida que tá lá... Eu não aceito. Eu acredito neles. Mas não aceito que na minha curta vida eu tenha que levar isso comigo. Não acredito que isso aconteceu comigo de novo. É um karma!" (11º atendimento).

"Não aceito que aconteceu [...]. Não é que eu não acredito. Tem muita diferença você não aceitar, tu não quer aquilo na tua vida [...]. Você acredita que teus filhos teriam que contar pra ti. Então se não vieram contar, não houve. É tudo imaginação. Morreu. E se isso houve eu queria entrar lá e dar um tiro nele. Eu não posso pensar nisso. Porque não houve" (11º atendimento).

Para Furniss (2002), mesmo quando os membros da família admitiram o abuso legalmente, isso não significa que consigam assumi-lo psicologicamente. Para o autor, “a negação como mentira consciente [...] não deve ser confundida com a negação como mecanismo de defesa psicológico

(p.234)”. Negar o abuso apresenta-se como uma forma de suportar o impacto da violência, desilusão e a frustração pelo desmoronamento da família (Narvaz, 2005). Nas palavras de Saffioti (1999),

A mãe sempre 'sabe' [...]. Trata-se, todavia, de um conhecimento inconsciente. Ela intui, mas não tem provas. Ela sabe, mas não quer saber. O conhecimento está presente, mas, como causa muito sofrimento, é empurrado para o inconsciente [...] (p. 137).

Nesse caso, a negação do abuso ocorreu em dois momentos distintos: antes e depois da revelação. Antes, a mãe “não via que não via”. Percebia os “sinais”, mas os “empurrava” para o inconsciente, não sendo capaz de compreendê-los e integrá-los à realidade. Depois da revelação e denúncia, a mãe passa a “saber”, mas continua não “vendo” ou “não podendo ver”. Esse segundo momento evidencia ainda mais a intensidade do sofrimento de Luísa. É, pois, toda essa carga emocional que antes “empurrava” o conhecimento para o inconsciente.

Poder-se-ia supor que “não ver” pressupõe intencionalidade: a mãe “não quer ver” para não enfrentar a situação, para evitar sofrimento. Para William Blake (conforme citado por Foerster, 1996), entretanto, não se vê com os olhos, mas através deles. Ver, assim, é mais do que algo físico ou neurológico, pois implica *insight*, compreensão de algo. Se não compreendo, não vejo. Não vendo, não sou capaz de perceber que estou parcialmente cego (“não vejo que não vejo”). Não há, pois, intencionalidade, mas sim uma cegueira cognitiva, parcial. Essa pode ser considerada, conforme as formulações de Gregory Bateson, como uma disfunção de segunda ordem, ou duplo cego (Foerster, 1996). Não se pode, portanto, confundir com uma mentira consciente.

Outrossim, conforme apontado por Sinclair e Martínez (2006), é esperado que a mãe se mostre ambivalente e oscile entre acreditar e negar o acontecido devido à dificuldade em integrar o abuso em sua realidade. Para os autores, a mãe também pode "experimentar sentimentos complexos e contraditórios a respeito do abusador, incluindo incredulidade, desejos de protegê-lo, raiva, pena ou medo" (p.28). Apesar da revolta e do sofrimento, sentimentos positivos com relação ao ex-companheiro ficaram bastante evidentes em algumas sessões:

“O casamento não foi só briga... nós brigávamos muito, eu queria meu marido em casa, gostava muito dele... ainda gosto [...]” (1º atendimento).

"Eu tenho pena dele [...]. Passou, acabou, deixa o homem pra lá [...]. Não era para ele estar lá [na cadeia]. Era para ele estar em casa, cuidando da família dele" (11º atendimento).

"Eu também sinto saudade [...]. Na época a gente sabia o que estava acontecendo, mas depois que o tempo passa ficam as coisas boas, que são as que a gente sente falta hoje [...]. Nós mantemos a fantasia de alguém que não existe, de um pai que não existe" (16º atendimento).

"Então de certa forma eu ainda tenho um sentimento por ele. Seria mentira dizer que não tenho. Então ver ele lá com as correntes nos pés não era o meu sonho, não é uma coisa que eu deseje" (17º atendimento).

### **5.3 Transgeracionalidade e revivência do próprio abuso**

Os primeiros meses de trabalho centraram-se nas questões relacionadas aos filhos, à situação de abuso e à dinâmica atual da família. As questões relacionadas às vivências de Luísa em sua família de origem foram, então, sendo trazidas por ela, que após apontar algumas desconfianças relacionadas a experiências negativas com terapeutas anteriores pareceu confiar suficientemente na equipe para aprofundar questões relacionadas a sua trajetória de vida.

"Eu tenho os meus problemas, que estão aqui, guardadinhos [...]. Muitas coisas aconteceram comigo quando eu era nova [...]. Às vezes choro por algumas coisas. Olho para uma casa na rua que me lembra minha infância e dá uma dor lá no fundo do peito, começo a chorar" (atendimento 7).

Luísa contou sobre quando sua mãe a viu fumando e a agrediu com violência, quebrando um de seus dentes; que a mãe tinha alguns filhos preferidos, a quem protegia e dava presentes; e sobre uma carta que escreveu na escola aos 12 anos, quando a professora pediu à classe que cada um escrevesse uma carta para sua mãe e Luísa "achou que era para escrever a verdade":

"Escrevi que minha mãe era uma bruxa, injusta, chata, só cuidava e gostava da minha irmã, batia em mim atrás do fogão. Essa carta fez sucesso na escola [...]. A professora entregou a carta à minha mãe, e ela nunca me perdoou" (atendimento 7).

Na sessão posterior, Luísa relatou ter ficado pensando na mãe. Contou, receosa, sobre o abuso sexual que sofreu aos seis anos e sobre como, apesar de contar à mãe, nada foi feito. O abusador, que era primo de seu pai, continuou frequentando sua casa normalmente, trabalhava com seu pai e almoçava regularmente com eles. Explicou que sua mãe pediu-lhe que não contasse a ninguém, nem a seu pai, dizendo que ela mesma contaria. Luísa mostrou intenso sofrimento ao relatar que a mãe nunca contou a ninguém, e que depois disso nunca mais falou sobre esse assunto, pois “não havia mais nada a ser dito”. Conclui que “vingou-se” da mãe ao fazer a redação na escola seis anos mais tarde.

“Eu duvido que o pai teria deixado aquele homem entrar na minha casa. Ele teria matado. Minha mãe nunca contou [...]. Fiquei apavorada porque ele tirou minha inocência. Foi um corte na minha vida, eu era uma criança que corria, pulava, brincava... e, de repente... [...]. Toda minha vida com ódio da minha mãe, esperando ela contar, e o infeliz dentro da minha casa” (atendimento 8).

Henrique afirmou que já sabia que a mãe havia sofrido a violência. Luísa mostrou-se surpresa, e perguntou a ele como soube, mas ele não respondeu. Pedro demonstrou dúvida diante do relato, perguntando o que, de fato, havia acontecido (ela contou sobre o abuso de forma não muito clara, utilizando termos que dessem a entender, sem “nomear” o abuso). Luísa tentou desviar a atenção, dizendo que um homem a havia empurrado da carroça. Pedro respondeu, sério, que “não era burro, sabia que não era isso”. Conversamos com Luísa sobre a importância de Pedro entender o que havia acontecido com ela, e sugerimos que Henrique explicasse ao irmão. Henrique perguntou: “Sabe aquilo que aconteceu com a gente, com o nosso pai?”. Pedro arregalou os olhos e abriu a boca, olhou para a mãe e fez que sim com a cabeça.

O momento da revelação do abuso sofrido pela mãe aos filhos pareceu implicar em uma abertura, ou desobstrução, do canal de comunicação. Antes os filhos captavam a realidade subjetiva, mas percebiam que essa realidade não poderia ser revelada, colocada em palavras, compreendida. Isso impedia que eles elaborassem satisfatoriamente essa realidade subjetiva que lhes era transmitida não-verbalmente. Para Tilmans-Ostyn (2005),

Certos pais escondem o sofrimento experimentado em sua infância, os dramas do passado, a fim de não sobrecarregar inutilmente seus filhos, a fim de não os sobrecarregar emocionalmente. Porém, quando estes os questionam e finalmente seu sofrimento escondido é decodificado

com ajuda terapêutica, eles podem regurgitar e começar a digestão das experiências enquistadas (p. 88).

Assim, entendemos que foi fundamental para a família, em especial para os filhos, que a experiência traumática da mãe fosse compartilhada e compreendida. Henrique afirmou que sabia do abuso sofrido pela mãe, mas não explicou como soube ou o que, exatamente, sabia. Captou sinais, falas, e formou uma história, preenchendo as lacunas com suposições. Agora ele conhecia a história, não necessitando fantasiar sobre ela. Sabia também que, apesar do sofrimento, sua mãe era capaz de suportar essa realidade e conversar sobre ela, sendo, portanto, capaz também de suportar a realidade do abuso dos filhos. Talvez por isso pôde dizer claramente, pela primeira vez durante as sessões, que o abuso de fato aconteceu (“aquilo que aconteceu com a gente, com nosso pai”).

No encontro posterior à revelação do abuso sofrido pela mãe, iniciamos perguntando como a família saiu da sessão anterior. Luísa respondeu, sorrindo, que “saíram bem, estão bem”. Contou que está mais calma, conseguindo assimilar melhor as coisas, mesmo com as dificuldades enfrentadas:

“Eu acendia um cigarro atrás do outro e não assimilava nada. Tudo tem solução se você consegue esfriar a cabeça. Eu não conseguia, vivia ameaçada [...]. Eu tinha que entender a situação deles com o pai e outras coisas. Não era fácil” (9º atendimento).

"As sessões são como um filme para a gente [*referindo-se a ela e seus filhos*]. A gente assiste aqui e depois vai conversando sobre” (9º atendimento).

Após poder revelar o abuso sofrido e ser acolhida pelos terapeutas e pelos filhos, Luísa demonstrou conseguir elaborar melhor suas experiências e poder, agora sim, “ver” com maior clareza a situação dos filhos com o pai (“ver que não via”). Ou seja, foi após a “digestão” da sua vivência de abuso que ela relatou poder, enfim, assimilar outras vivências que lhe causavam sofrimento. As sessões, que eram para ela “como um filme”, a auxiliavam a apropriar-se melhor e (re)significar sua trajetória.

Para Furniss (2002), algumas vezes as mães desejam desesperadamente uma ajuda para seus filhos (sexualmente abusados), mas “não conseguem enfrentar o abuso da criança, pois ele provoca intensamente o trauma oculto e as questões não resolvidas de seu próprio abuso” (p.324). Para o

autor, apesar de o processo terapêutico dever centrar-se, inicialmente, no abuso da criança, o abuso da mãe precisa ser constantemente trabalhado, mesmo que seja de modo indireto no caso de a mãe não conseguir falar abertamente.

Durante essa sessão (9), Pedro permaneceu desenhando. Ao final, mostrou-nos seu desenho, muito colorido: uma família de mãos dadas, mãe e dois filhos, sorrindo.

#### 5.4 Learned Helplessness

Luísa apresentou narrativas relacionadas a certo grau de indenfensibilidade aprendida, ou *learned helplessness (LH)*:

"É muito bom saber que Deus existe. Eu sempre dizia para o meu marido: tu passa por cima de mim sempre, tu me humilha... pode passar, mas não esquece que tu passou, porque eu não vou esquecer (8º atendimento)".

Luísa explicou que opta por não enfrentar as situações em que os outros lhe prejudicam, explicando que não cabe a ela esse enfrentamento. Contou sobre quando vendia *lingerie* em um hotel onde trabalhava, e que algumas pessoas compraram e não pagaram. Quando ocorreram demissões, as pessoas receberam o dinheiro juntas, e ela viu alguns devedores com dinheiro, mas não cobrou, não disse nada. Disse acreditar que

"Nós temos que saber o nosso lugar [...]. Não adianta. Lá na frente ela vai sofrer alguma coisa... 'só não esquece o que você fez'. A justiça quando não é feita vai se fazer" (8º atendimento).

As palavras de Luísa indicam a crença de que “não adianta”, de que ela tem que “saber o seu lugar” – que, aparentemente, é aceitar o que os outros lhe impõem e esperar que algo aconteça para que “a justiça seja feita”. Essa crença pode estar relacionada à experiência do abuso que sofreu, principalmente pelo fato de ter contado à mãe e não ter sido protegida, sendo obrigada a continuar convivendo com o agressor em sua própria casa. Essa primeira experiência, da qual não pôde defender-se, pode estar relacionada a comportamentos de LH posteriores. São imprescindíveis intervenções no sentido de desconstruir essa crença e promover comportamentos de proteção, principalmente para prevenir novas situações de violência à mãe e aos filhos.

## 5.5 Recomeçar

Após o enfrentamento da crise e de conseguir reconhecer que o abuso realmente ocorreu e integrá-lo, apesar do sofrimento, de forma mais satisfatória, a família pareceu conseguir elaborar melhor o luto da perda da família intacta e do pai/marido idealizado (perda que gerou desilusão e desesperança) e enfrentar as dificuldades, inclusive financeiras.

“Agora que a ficha está caindo [...]. O que sobrou? Nada. Não temos sonhos, esperança. Estamos sem objetivos [...]. Tudo que vivemos foi uma fantasia” (10º atendimento).

“Era para o Carlos estar amando a família dele, e não lá [na cadeia]. Não era para ele ter feito o que ele fez. A casa caiu duas vezes na minha vida” (11º atendimento).

Quando o pai deles estava solto ajudava a gente. Ajudava em casa, não faltava nada (14º atendimento).

“Eu sei que o Pedro tem uma mágoa no coração dele por ter perdido o pai. Isso é pesado para ele. Ele está melhorando devagarzinho. Eu e o Henrique também temos isso, esse sentimento de ter perdido o pai, o marido que sonhava que era [...].Eu tenho uma fantasia, é o que está me matando, e sei que o Henrique e o Pedro tem a mesma fantasia: de um pai que não existe” (16º atendimento).

De acordo com o esquema proposto por Sinclair e Martínez (2006), essa seria a fase de reparação, em que cabe aos terapeutas favorecer a elaboração do sofrimento, ajudando os membros da família a ressignificar suas experiências e elaborar suas ressonâncias. Luísa pareceu conseguir olhar para sua trajetória com maior clareza, dando significado à ambivalência (lembrando das coisas boas, acabam fantasiando um pai/marido que não existe), e percebendo que precisam superar essas perdas para conseguir dar continuidade a suas vidas, retomando os sonhos e objetivos que acredita terem perdido.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível considerar, a partir da análise realizada desse caso, que a terapia de família viabilizou um olhar para além da situação do abuso sexual: permitiu compreender o impacto dessa

violência de forma mais contextualizada, incluindo a dinâmica das relações familiares; a história de abusos sofridos pela mãe; os sentimentos e reações da mãe diante da situação de abuso e o contexto social, cultural e econômico da família. Também contribuiu para que a família realizasse um movimento de ressignificar a trajetória e as vivências abusivas, identificando ambivalências e elaborando, em conjunto, os lutos das perdas advindas da prisão do agressor e do enfrentamento da situação.

Para Furniss (2002), as crianças que sofreram abuso sexual intrafamiliar prolongado não se sentem emocionalmente compreendidas nem adequadamente cuidadas por qualquer um dos pais. Trabalhar o relacionamento entre a mãe e a criança vítima de violência representa um processo terapêutico essencial na dinâmica familiar. Representa, ainda, um trabalho preventivo, pois visa tanto auxiliar a mãe a tornar-se emocionalmente mais central e protetora quanto restabelecer a confiança, na criança, de que a mãe poderá ouvi-la e protegê-la no futuro.

Faz-se importante, todavia, respeitar o ritmo da família, dedicando especial atenção às funções que a negação pode possuir para cada membro. Encarar a negação como algo esperado e conseguir intervir adequadamente, apesar da frustração que pode representar para o terapeuta (em especial quando a mãe nega o abuso diante da criança) pareceu ser determinante para a continuidade do processo terapêutico e posterior avanço na integração do abuso à realidade.

Apesar de ser um caso único e das limitações inerentes a esse tipo de estudo, foram identificados elementos centrais destacados em estudos com famílias que apresentam padrão de relacionamento abusivo crônico, sendo representativo também no que tange a aspectos relacionados à crise da revelação do abuso sexual e às reações e dificuldades enfrentadas pelo cuidador não abusivo. A literatura disponível sobre a terapia de família nos casos de abuso sexual intrafamiliar ainda é escassa, e um maior aprofundamento nas questões relacionadas faz-se importante no sentido de possibilitar intervenções mais efetivas e que representem maior benefício às crianças que foram vitimadas e suas famílias.

## **REFERÊNCIAS**

- Arabolaza, O. G., & Piedra, C. V. (2001). Abusos Sexuales: una situación de desprotección. *Medifam*, 11 (1), 24-29.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 3-11.



- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia. Una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Barcelona: Paidós.
- Calil, R. C. C., & Arruda, S. L. S. (2004). Reflexões sobre o método qualitativo em ciências humanas. In Grubits, S., & Noriega, J. A. V. (Org.). *Método qualitativo. Epistemologia, complementariedades e campos de aplicação* (pp.93-104). São Paulo: Vetor.
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In Cardoso, R., Chauí, M., & Paoli, M. C. (Orgs.), *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar.
- Cohen, J. A., & Mannarino, A. P. (2000). Predictors of treatment outcome in sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 24 (7), 983-994.
- Correa, O. B. R. (2007). O Transgeracional na violência intrafamiliar. In Correa, O. B. R. (Org.) *Grupo familiar e psicanálise: ressonâncias clínicas* (pp. 53-67). São Paulo: Vetor.
- Elliot, A. N., Carnes, C. N. (2001). Reactions of nonoffending parents to the sexual abuse of their child: a review of the literature. *Child Maltreatment*, 6 (4), 314-331.
- Forgeard, M. J. C., Haigh, E. A. P., Beck, A. T., Davidson, R. J., Henn, F. A., Maier, S. F., Mayberg H. S., & Seligman, M. E. P. (2011). Beyond Depression: Towards a Process-Based Approach to Research, Diagnosis, and Treatment. *Clin Psychol*, 18 (4), 275-299.
- Furniss, T. (2002). *Abuso Sexual da Criança - Uma abordagem multidisciplinar* (2ª reimpressão). Porto Alegre: Artmed.
- Green, A. H., Coupe, P., Fernandez, R., & Stevens, B. (1995). Incest Revisited: Delayed Post-Traumatic Stress Disorder in Mothers Following the Sexual Abuse of Their Children. *Child Abuse & Neglect*, 19 (10), 1275-1282.
- Hiebert-Murphy, D. (1998). Emotional distress among mothers whose children have been sexually abused: the role of a history of child sexual abuse, social support, and coping. *Child Abuse & Neglect*, 22 (5), 423-435.
- Lima, J. A. (2012). *A repetição do abuso sexual intrafamiliar infanto-juvenil entre gerações*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, PB.

- Lima, J. A., & Alberto, F. P. (2010). As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 15(2), 129-136.
- Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico*, 37 (1), 7-13.
- Newcomb, M. D., & Locke, T. F. (2001). Intergenerational cycle of maltreatment: a popular concept obscured by methodological limitations. *Child Abuse & Neglect*, 25 (9), 1219-1240.
- Pearlin, L. I., & Schooler, C. (1978). The structure of coping. *Journal of Health and Social Behavior*, 19 (1), 2-21.
- Pinto, E. B. (2004). A pesquisa qualitativa em psicologia clínica. *Psicologia USP*, 15 (1-2), 71-80.
- Ramos, M. C. da R. (2010). *Mães de meninas vítimas de abuso sexual: Aquilo que não se pode dizer*. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE.
- Ravazzola, M. C. (2005). *Historias infames: los maltratos en las relaciones* (3ª reimpressão). Buenos Aires: Paidós.
- Renner, L. M.; Slack, K. S. (2006). Intimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra and intergenerational connections. *Child Abuse & Neglect*, 30 (6), 599-617.
- Rosa, M. D. (2001). O não-dito familiar e a transmissão da história. *Psychê*, V (8), 123-137.
- Saffioti, H. (1999). Filhas de pais sexualmente abusivos. In Hollanda, H. B., & Capelato, M. H. (Orgs.). *Relações de gênero e diversidades nas Américas* (pp. 113-143). São Paulo: EDUSP.
- Saffioti, H. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16), 115-136.
- Santos, S. S. (2007). *Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: Reações maternas e multigeracionalidade*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

- Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2009). Revelação do Abuso Sexual Infantil: Reações Maternas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25 (1), 85-92.
- Sinclair, C., & Martínez, J. (2006). Culpa o Responsabilidad: Terapia con Madres de Niñas y Niños que han Sufrido Abuso Sexual. *Psykhé*, 15 (2), 25-35.
- Testa, M., Hoffman, J. H., & Livingston, J. A. (2011). Intergenerational transmission of sexual victimization vulnerability as mediated via parenting. *Child Abuse & Neglect*, 35 (5), 363-371.
- Tilmans-Ostyn, E. (2005). O pequeno príncipe disse... e os adultos entenderam. *Pensando Famílias*, 7 (8), 79-97.
- von Foerster, H. (1996). Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In Schnitman, D. F. (Org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade* (pp. 59-74). Porto Alegre: Artmed.
- Wearick-Silva, L. E., Tractenberg, S. G., Levandowski, M. L., Viola, T. W., Pires, J. M. A., & Grassi-Oliveira, R. (2014). Mothers who were sexually abused during childhood are more likely to have a child victim of sexual violence. *Trends in Psychiatry and Psychotherapy*. 36 (2), 119-122. Recuperado e 16 de setembro de 2014, de <http://www.scielo.br/pdf/trends/v36n2/2237-6089-trends-2237-6089-2013-0054.pdf>

**ANEXO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG ou CPF \_\_\_\_\_, número na clínica escola \_\_\_\_\_, ao me tornar usuário(a) do serviço, fui informado(a) de que este se caracteriza como um Serviço-Escola, gratuito, cujos objetivos são voltados para o ensino, pesquisa e extensão e, de livre e espontânea vontade, autorizo a utilização de técnicas de registro (filmagem) e observação dos atendimentos através do espelho para estes objetivos declarados. Autorizo a utilização dos dados em pesquisas e trabalhos que poderão ser publicados em revistas especializadas, **desde que minha identidade seja mantida em absoluto sigilo, bem como não seja publicado qualquer dado que possa facilitar minha identificação.**

Sim, concordo com os termos acima descritos

Não, não concordo com os termos acima descritos

Posso retirar esse consentimento a qualquer momento, caso julgue necessário, sem haver prejuízo em meu atendimento.

---

Assinatura

Florianópolis, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.